



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Ata Nº 1/2026

ATA DA 1ª SESSÃO, EM 21 DE JANEIRO DE 2026

SESSÃO SOLENE PRESENCIAL

PRESIDENTE – DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, realizou-se, no Plenário Desembargador Heli Ferreira Sobral, sessão solene do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sebastião Ribeiro Martins. Presentes as Excelentíssimas Senhoras e os Excelentíssimos Senhores: Juízes Doutores Gustavo André de Oliveira dos Santos, José Maria de Araújo Costa e Daniel de Sousa Alves e as Juízas Dotoras Valdênia Moura Marques de Sá (convocada) e Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio (convocada). Presente, na sala de videoconferência, o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Kelston Pinheiro Lages. Ausências justificadas do Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas, da Juíza Doutora Maria Luíza de Moura Mello e Freitas e do Juiz Doutor Edson Alves da Silva.

Antes de iniciados os trabalhos da sessão, a Mestre de Cerimônia dirigiu-se às Senhoras e aos Senhores, presentes fisicamente no plenário do TRE-PI e também aos que nos assistem pelo canal oficial do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no Youtube, desejando uma boa tarde!

Na sequência deu-se início à **Solenidade de Abertura do Ano Judiciário de 2026 e outorga da Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador José Vidal de Freitas – Grau Ouro**, instituída por meio da Resolução do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí nº 221, de 27 de setembro de 2011, **para o membro desta Corte Eleitoral Dr. José Maria de Araújo Costa**.

Anunciou, em seguida, a presença da corte do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí: Desembargador Presidente Sebastião Ribeiro Martins e os Juízes Doutores Gustavo André de Oliveira dos Santos, José Maria de Araújo Costa e Daniel Eufrásio de Sousa Alves e as Juízas Dotoras Valdênia Moura Marques de Sá e Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio, bem como do Procurador Regional Eleitoral, Doutor Kelston Pinheiro Lages.

Registrou a presença, na audiência, do membro da Corte Juiz Doutor Edson Alves da Silva, que, em razão de suas férias, encontra-se substituído na presente solenidade pela Juíza Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio.

Anunciou as autoridades da mesa de honra desta solenidade: Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Francisco Lima, nesta solenidade, representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Deputado Severo Eulálio; Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal do Trabalho da 22ª Região, Desembargador Têssio da Silva Torres; Excelentíssima Senhora Conselheira, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, nesta solenidade, representando o Presidente do Tribunal de Contas do

Estado do Piauí, Conselheiro Kennedy Barros; Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral do Município, Doutora Virgínia Gomes de Moura Barros, nesta solenidade representando o Prefeito Municipal de Teresina, Doutor Sílvio Mendes; Excelentíssimo Senhor Subprocurador de Justiça, Doutor Cleandro Alves de Moura, nesta solenidade representando a Procuradora-Geral de Justiça, Doutora Cláudia Seabra; Excelentíssimo Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, Doutor Raimundo de Araújo Silva Júnior.

Registrou a presença dos excelentíssimos membros substitutos da Corte Eleitoral, Doutor Alderi Martins Carneiro Filho; Excelentíssimas Senhoras Juíza Auxiliar da Corregedoria, Ouvidora da Mulher e Presidente da Comissão de Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e Discriminação deste Tribunal, Doutora Melissa de Vasconcelos Lima Pessoa; a Senhora. Diretora-Geral deste Tribunal e Coordenadora do Comitê Gestor de Política de Gênero, Doutora Silvani Maia Resende Santana; Sua Senhoria o Senhor Secretário Judiciário, Doutor Walter Schel Alves da Costa Raposo. Conosco também o Senhor Secretário de Gestão de Pessoas, Doutor Tadeu Almeida Martins, bem como o Desembargador aposentado Antônio Soares dos Santos, ex-membro do TRE-PI.

Agradeceu, ainda, a presença de todos os que nos assistem pelo canal oficial do TRE-PI no YouTube, das juízas e juizes eleitorais, promotoras e promotores eleitorais, advogadas e advogados, da imprensa, servidoras e servidores desta Casa.

Dando sequência o Desembargador Sebastião Ribeiro Martins declarou aberta a Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2026 e da Outorga da Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador José Vidal de Freitas – Grau Ouro, com aprovação *ad referendum* da Corte Eleitoral do Piauí, para o membro da Corte Dr. José Maria de Araújo Costa, nos termos do art. 5º da Res. TRE nº 221, de 27 de setembro de 2011, cujo mandato encerrará no dia 23 de janeiro deste ano, na próxima sexta-feira.

Renovou os cumprimentos a todas as autoridades presentes, já anunciadas pelo Cerimonial, e convidou a todos os presentes a ficarem de pé para ouvirem a execução do Hino Nacional.

Após a Execução do Hino Nacional, o Desembargador Sebastião Ribeiro Martins passou a palavra ao JUIZ FEDERAL DOUTOR GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS, membro da Corte designado para fazer o discurso de abertura do Ano Judiciário 2026.

Com a palavra o **JUIZ FEDERAL DOUTOR GUSTAVO ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS** assim se manifestou:

“Recebi, com elevada honra, o convite formulado por Vossa Excelência, Senhor Presidente Sebastião Martins, para proferir estas palavras na Sessão de Abertura do Ano Eleitoral de 2026 da Justiça Eleitoral no Estado do Piauí.

Esta solenidade marca mais do que o início formal dos trabalhos de um novo ciclo, ela representa um compromisso renovado com a democracia, com a Constituição e com a sociedade brasileira, especialmente em um ano que concentra relevantes desafios institucionais. A Justiça Eleitoral ocupa posição singular no Estado Democrático de Direito. É ela que assegura que a soberania popular se manifeste de forma livre, legítima, transparente e segura. Em tempos de transformações sociais profundas, de avanços tecnológicos acelerados e intensos debates públicos, a atuação da Justiça Eleitoral torna-se ainda mais essencial como instituição de estabilidade, confiança e pacificação social. É nesse contexto que o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí chega a este ano de 2026 fortalecido, respaldado por um histórico de resultados que merecem ser reconhecidos. No ano de 2025, este Tribunal apresentou um desempenho institucional amplamente destacado no cenário nacional, com resultados superiores às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, inclusive em processos de maior complexidade e sensibilidade, reafirmando assim seu compromisso com a efetividade da jurisdição eleitoral. No cumprimento da Meta 1 do CNJ, o julgamento das

demandas eleitorais no ano passado foi em ritmo bem superior à distribuição anual, com impacto direto na redução do estoque. Também, na Meta 2, concernente ao julgamento dos feitos mais antigos, o percentual de cumprimento foi excelente, de aproximadamente 141%. Merece registro ainda a Meta 4, cujo objeto foram as demandas de pleitos de 2022 e 2024 com potencial de cassação ou inelegibilidade. Nesta meta, o desempenho foi de 139%, o que evidencia uma resposta jurisdicional efetiva em processos sensíveis e de grande relevância institucional. Foram quase 10.000 sentenças e acórdãos, mais de 11.000 processos baixados e, sobretudo, uma expressiva redução do acervo processual, evidenciando uma Justiça Eleitoral eficiente, organizada e comprometida com a duração razoável do processo. O estoque processual no início do ano de 2025 era de 12.255 processos, sendo que ao final do ano o quantitativo era de aproximadamente 3.000 feitos. Como registrado, uma redução verdadeiramente expressiva. No plano administrativo institucional, o Tribunal consolidou-se como referência nacional, recebendo importantes reconhecimentos, entre eles, o Selo Diamante de Qualidade Eleitoral, na sua primeira edição, e o Selo Ouro, do Prêmio CNJ de Qualidade, reafirmando padrões de elevada governança, gestão e excelência na prestação dos serviços eleitorais. Por sinal, o Selo Ouro foi alcançado pela segunda vez consecutiva na atual gestão da Corte. O TRE-PI também obteve o Selo Tribunal Amigo da Pessoa Idosa, um reconhecimento concedido pelo CNJ aos tribunais que adotam práticas inclusivas e atenção qualificada à população idosa. Destaco ainda, com especial orgulho, a liderança nacional do TRE-PI no percentual de eleitores e eleitoras com biometria cadastrada, avanço que reforça de maneira concreta a segurança, a confiabilidade e a integridade do processo eleitoral. Esses resultados não são obra do acaso, são fruto de uma atuação coletiva, planejada e comprometida, construída com diálogo institucional e dedicação diária de juízas e juízes desta colenda Corte, juízas e juízes eleitorais do Estado do Piauí, membros do Ministério Públicos Eleitoral, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores, prestadores de serviço e da advocacia que atua perante esta justiça especializada. Por isso, registro meus cumprimentos a todos e todas que contribuíram para o alcance destas marcas, em especial, a atual composição da Corte, nas pessoas dos desembargadores Sebastião Martins, presidente, e Ricardo Gentil, vice-presidente, aos servidores também nas pessoas da Diretora-Geral, Silvani, e do Secretário de Sessões, Walter Schel.

Chegamos agora, a 2026, ano de eleições gerais, quando o eleitorado brasileiro será chamado a exercer de forma plena o direito fundamental ao voto, escolhendo representantes para os mais diversos cargos da República: presidente, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Trata-se de um processo eleitoral de elevada complexidade logística e institucional, com atenção da sociedade, que exigirá desta Corte rigor técnico, dedicação permanente e serenidade decisória. Os desafios já são conhecidos: o enfrentamento institucional da desinformação, inclusive aquela potencializada pelo uso indevido de tecnologias, como as chamadas *deep fakes*; a garantia da liberdade de expressão e do debate democrático, dentro das balizas constitucionais e legais; a preservação da igualdade de oportunidade entre candidatas e candidatos; a fiscalização da regularidade do financiamento eleitoral e o permanente fortalecimento da transparência e da segurança do processo eleitoral. Mas é justamente diante desses desafios que a Justiça Eleitoral reafirma a sua vocação constitucional: garantir eleições íntegras, legítimas e pacíficas. Nenhuma eleição se realiza apenas a partir das decisões desta Corte. Ela é fruto de um esforço coletivo e articulado, que envolve magistradas e magistrados, membros do Ministério Público, servidoras, servidores, equipes técnicas, forças de apoio e a advocacia. A todos o reconhecimento institucional e a confiança do êxito dos trabalhos que se iniciam neste ano de 2026. Neste momento, é oportuno recordar que a democracia não se sustenta apenas em normas e procedimentos, ela depende sobretudo de valores, de instituições sólidas e de pessoas comprometidas com o bem público. Que possamos exercer nossas funções com equilíbrio, independência, coragem institucional e responsabilidade. Peço licença para, em um gesto de humildade e fé, rogar a Deus que ilumine os trabalhos desta Corte, concedendo-nos sabedoria, discernimento e serenidade, para que cada decisão tomada contribua para a justiça, para a paz social e para o fortalecimento da democracia brasileira. Que este ano eleitoral de 2026 seja conduzido com êxito, segurança e respeito pleno à Constituição por todos os atores do processo eleitoral, honrando a história, a missão e o papel constitucional da Justiça Eleitoral no Estado do Piauí. E como lembra George Luís Borges, 'o futuro não é o que vai acontecer, mas o que vamos fazer'. Muito obrigado.”

Em seguida, o Cerimonial do TRE-PI convidou o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí, Doutor Raimundo de Araújo da Silva Júnior, para fazer o seu pronunciamento.

O DOUTOR RAIMUNDO DE ARAÚJO DA SILVA JÚNIOR proferiu o seguinte pronunciamento:

“Em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, cumprimento esta Corte e agradeço a honra de participar desta solenidade. Há uma frase atribuída a Ruy Barbosa, Sr. Presidente, que diz; 'A pior democracia é preferível a melhor das ditaduras'. Mas essa frase, Sr. Presidente, se mal compreendida, pode sugerir que a democracia seja apenas o mal menor, e não é. A democracia é um bem em si. E a Justiça Eleitoral existe para proteger este bem. A singularidade da Justiça Eleitoral está em sua vocação preventiva, ela não apenas atua quando há conflito, mas trabalha para que a disputa política se mantenha sempre dentro das regras e ao mesmo tempo garantia da cidadania e de estabilidade. No ano em que antecede um novo ciclo eleitoral, essa responsabilidade se torna ainda mais visível. A sociedade chega a períodos, ou aos períodos, eleitorais com expectativas altas, paixões legítimas e divergências profundas, o que é próprio da democracia. O que não pode ser próprio da democracia, e nunca será, é a degradação do debate. A substituição da ideia por ataque, do fato por boato, do diálogo por intimidação. O ambiente digital amplifica esse desafio. O filósofo Chul-Han observou que vivemos numa sociedade em que a informação circula sem direção e sem verdade, um exame digital que produz ruído não sentido. Nesse fluxo, o eleitor recebe indistintamente o conteúdo verdadeiro e o fabricado, a crítica legítima e a montagem maliciosa. Permito-me então propor um olhar equilibrado. A liberdade de expressão é patrimônio democrático. A crítica às instituições faz parte do jogo republicano, mas liberdade, para ser democrática, precisa caminhar com responsabilidade. Responsabilidade com a verdade dos fatos, com a dignidade das pessoas e com a integridade do processo eleitoral. A disputa deve ser vigorosa nas ideias, mas correta nos meios, intensa na participação, mas leal no procedimento. Confiança pública não se exige, se conquista. A Justiça Eleitoral a conquista quando comunica com clareza, age com isenção e dá previsibilidade às regras do jogo. Do mesmo modo, a confiança se enfraquece quando o espaço público é inundado com desinformação e quando se tenta desacreditar, por atacado, as instituições que organizam o voto. A crítica construtiva melhora, a deslegitimação enfraquece. Por isso, como OAB, defendemos um pacto mínimo de civilidade. A advocacia tem responsabilidade especial nesse contexto. O processo eleitoral é legítimo quando há contraditório efetivo, quando a defesa é exercida com plenitude, quando as decisões enfrentam com fundamentação aquilo que foi levado aos autos. A advocacia não está à margem do processo eleitoral, é elemento que dá densidade jurídica ao sistema.

E eu gostaria aqui de publicamente, Presidente, já anunciar que, em nome da advocacia piauiense, vamos, esse ano, solicitar ao Tribunal que mantenha ou que retorne com as nossas audiências ou as nossas sessões híbridas, privilegiando a advocacia nos moldes dos tribunais superiores e também daqui, porque nada substitui a presença física, seja dos magistrados e magistradas, mas especialmente garantindo ao advogado e à advogada a possibilidade de sustentar oralmente daqui, da tribuna, com a entrega de memoriais. E eu me lembro sempre, ao longo dos últimos 20 anos, como isso é prazeroso, como isso é maravilhoso e como os avanços digitais são importantes, sem que isso também prejudique a possibilidade de estarmos aqui presencialmente despachando com todos.

A OAB reafirma a sua disposição de cooperação institucional para orientar a sociedade, qualificar a atuação técnica e fortalecer a confiança do eleitor. O processo eleitoral é um momento em que a democracia fala com o povo. Quando o resultado chega, ele não é apenas um número, é ponto de partida para a governabilidade e para a paz social. Desejo que este Ano Judiciário do TRE seja marcado por serenidade, eficiência e firmeza. Em nome da OAB, reafirmamos, estaremos ao lado da Corte naquilo que fortalece a democracia, a cidadania e a confiança no voto.

Eu gostaria de finalizar parabenizando o Tribunal, parabenizando toda a direção do Tribunal, parabenizando de modo especial o Des. Sebastião pela condução, na sua presidência, com a premiação do Tribunal Regional Eleitoral. Gostaria aqui de parabenizar, de modo especial, todos os servidores e servidoras

desta Casa. Eu costumo dizer que quem trabalha ou quem milita no TRE sabe que aqui é um tribunal – que eu costumo brincar, Desembargador – orgânico. Orgânico, porque, se temos excelência em termos de funcionabilidade, no sistema de Justiça do Piauí, o TRE, ele sempre está à frente. Eu digo isso porque atuo aqui há 20 anos. E na condição de um advogado que atua há 20 anos, eu vivenciei a garantia efetiva de todas as prerrogativas da advocacia, de tudo aquilo que envolve um processo na perfeita acepção do devido processo legal, aqui, dentro do Tribunal Regional Eleitoral, respeitando a voz, respeitando a voz técnica do cidadão, que é materializada na fala do advogado e da advogada que a representa. Tive embates aqui maravilhosos, com Dr. Kelston mesmo, tantos, tantos e tantos. Embates que se iniciavam durante o julgamento e que finalizavam com ele dentro do espírito público colaborativo e da divergência que deve envolver a discordância de ideias, mas não de comportamentos.

E gostaria também de finalizar dizendo que, ao Zé Maria, que você traduz a simplicidade e você traduz o comportamento, que embora não seja de um magistrado, pela sua correção de caráter, pela sua correção de vida, porque você traz aquilo que é tão difícil encontrarmos no dia de hoje, que é correção, que é humanidade, Zé Maria, que é técnica sem arrogância, que é técnica sem desvalorizar o outro, mas especialmente dentro de um conceito de lealdade e de confiança, que todos nós precisamos ter. Eu gostaria de finalizar dizendo que você honra a classe dos juristas que já integraram esta Corte, mas, sobretudo, você honra a advocacia piauiense.

E é com essas palavras que eu encerro o meu discurso, desejando a todos, especialmente ao Tribunal Regional Eleitoral, sob as bênçãos de Deus, como disse o Dr. Gustavo, que tenhamos uma eleição de 2026, Sr. Presidente, especialmente aqui no Piauí, sob o grande comando do Tribunal Regional Eleitoral, formado por grandes magistrados e magistradas, grandes representantes do Ministério Público, mas especialmente por servidores e servidoras comprometidos com a confiança no voto e com a nossa legítima democracia.

Muito obrigado.”

Na sequência, o Cerimonial do TRE-PI convidou o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Kelston Pinheiro Lages, para fazer o seu pronunciamento.

Com a palavra, o **DOUTOR KELSTON PINHEIRO LAGES** proferiu o seguinte pronunciamento:

“Senhoras e senhores, nesse momento de inauguração do Ano Judiciário Eleitoral, em nome do Ministério Público Eleitoral, fazemos aqui a renovação do compromisso institucional com a Constituição, com a legalidade, com a democracia. E a Justiça Eleitoral, de fato e de direito, desempenha um papel muito relevante na consolidação do Estado Democrático de Direito, assegurando portanto que a vontade popular se manifeste de forma livre, legítima e igualitária. Nesse contexto é que o Ministério Público Eleitoral no Estado do Piauí reafirma a sua missão constitucional e fiscal da ordem jurídica e defensor do regime democrático, atuando, pois, com independência, com responsabilidade e equilíbrio.

Que este novo Ano Judiciário, Sr. Presidente, seja marcado pelo fortalecimento das instituições, com forte enfrentamento e combate àquelas recorrentes, infelizmente, mazelas que tentam macular as eleições nesse país, como abuso de poder político, abuso de poder econômico, a corrupção e fraudes. Infelizmente, digo eu, essa tem sido a tônica de muitos processos eleitorais no nosso país. Isso tudo de forma a preservar, a assegurar, o pleno respeito da vontade daquele que é o verdadeiro titular do poder político, qual seja, o povo.

Renovo, por fim, Sr. Presidente, a disposição do Ministério Público Eleitoral para uma atuação firme, técnica e colaborativa com essa justiça especializada, em prol da lisura do processo eleitoral e da confiança da sociedade nas instituições.

Encerro, portanto, essa fala, desejando, portanto, Sr. Presidente e demais, que sejamos, enquanto instituição de controle, enquanto instituição do sistema de justiça, que sejamos úteis a essas próximas eleições que se avizinham. Aristóteles dizia, que é muito citado quando se fala em ética – o Des. Ricardo Gentil sempre faz menção a Aristóteles –, dizia o sábio grego: a ética, ela precisa ser exercida. A retórica, ela é muito fácil. E já criticava, à época, os sofistas. Porque a retórica, o discurso é muito bonito, é muito fácil; no entanto, no momento, numa conjuntura em que todos nós, no país, enfrentamos uma difícil conjuntura, especialmente conjuntura de dificuldade de valores... Essa reflexão, sobretudo das instituições de controle, daqueles que a integram, que têm plena responsabilidade e... que geram expectativa... por parte da população, que paga os nossos salários, de correspondermos, de enfrentarmos essas mazelas, que afligem a todo o tempo, que geram muito desânimo e descontentamento, a sociedade brasileira. Que nós, portanto, possamos corresponder, Sr. Presidente.

Esses são os votos que eu faço e que esperamos, portanto, fazer um processo eleitoral combativo, um processo eleitoral que realmente possamos, quando passar essas eleições, dizer: sim, fizemos o nosso trabalho, dentro daquelas expectativas que a população espera de todos nós.

Muito obrigado.”

Em seguida, o Cerimonial do TRE-PI deu início, neste momento, **a outorga da Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador José Vidal de Freitas – Grau Ouro, instituída por meio da Resolução do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí nº 221, de 27 de setembro de 2011, para o membro desta Corte Eleitoral Dr. José Maria de Araújo Costa**, por ocasião do término do mandato. Passando a palavra para a Diretora-Geral deste Tribunal, Doutora Silvani Maia Resende Santana, para fazer um breve histórico da medalha.

Com a palavra, **a DOUTORA SILVANI MAIA RESENDE SANTANA** fez o seguinte pronunciamento:

“A Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador José Vidal de Freitas foi instituída pela Res. TRE/PI nº 221, de 27 de setembro de 2011. A medalha do mérito eleitoral representa a mais alta condecoração do TRE, sendo outorgada àquelas autoridades, pessoas físicas e jurídicas, com relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral. A medalha compreende três graus, denominados: classe ouro, classe especial e classe prata. A que ora será outorgada ao Dr. José Maria é a grau ouro.

Essa medalha é composta por uma cruz de braços iguais, pátea de oito pontas, filetada de dourado, sobre um esplendor dourado, tendo ao centro um círculo dourado, onde se insere uma balança, símbolo da justiça; é ladeada por folhas de louro, que simbolizam a vitória. Acima do círculo, encontra-se o desenho estilizado da bandeira do Piauí; abaixo da balança, há uma inscrição com o timbre do TRE-PI, em fonte tipo serifa; no verso da medalha há as inscrições: 'Medalha do Mérito Eleitoral Des. José Vidal de Freitas' e 'Tribunal Regional Eleitoral do Piauí', ambas em caixa alta, em fonte sem serifa.

Encontra-se ao centro o desenho do mapa do Piauí, sendo cortado ao meio por uma bandeira do Piauí de forma estilizada; a fita da medalha é feita de gorgorão com uma tarja verde ao centro, medindo 10 mm, ladeada por dois fios amarelos de 7 mm e dois filetes azuis nas orlas de 6 mm.

Na oportunidade, faço a leitura sintética do vasto currículo do Dr. José Maria, destacando alguns traços da sua atuação profissional:

Dr. José Maria de Araújo Costa nasceu em Itaueira-PI, é bacharel em Direito, graduado pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camilo Filho, é pós-graduado em Direito Eleitoral e Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera, especialista em Direito pela Faculdade Maranhense São José dos Cocais, Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Curitiba-UniCuritiba, com área de

concentração em Direito Empresarial e Cidadania.

Dr. José Maria é ex-ouvidor eleitoral substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no período de abril/2024 a abril/2025, é presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, é membro da Comissão da Medalha do Mérito Eleitoral do Estado do Piauí Desembargador José Vidal de Freitas e atualmente exerce o mandato de juiz titular da Corte Eleitoral oriundo da Classe dos Juristas para o biênio 2024/2025.

Esse é o breve currículo do Excelentíssimo Doutor José Maria de Araújo Costa.”

Na sequência, o **Excelentíssimo Senhor Presidente Desembargador Sebastião Ribeiro Martins e a Juíza Valdênia Moura Marques de Sá fizeram a entrega da medalha ao Juiz Doutor José Maria de Araújo Costa.**

Com a palavra, o homenageado, **JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA** fez o seguinte discurso:

“Senhoras e senhores, caros colegas membros desta Corte, é com sincera emoção e também com elevada honra que recebo nesta tarde a Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador José Vidal de Freitas, a mais alta condecoração desta justiça eleitoral piauiense.

Esta distinção, mais do que reconhecer os méritos daqueles que a recebem, Sr. Presidente, Sr. Raimundo Júnior, ela celebra esta importante instituição, que é a Justiça Eleitoral. Todos nós da advocacia a reputamos como a guardiã da soberania popular e da confiança pública no processo eleitoral.

Eu quero nesta oportunidade, em brevíssimas palavras, apenas render homenagem ao nome que esta medalha consagra, Des. José Vidal de Freitas, destacando que a comenda nos faz recordar a sua trajetória marcada pela retidão, pelo espírito público, pela dedicação à magistratura, ao mesmo tempo em que também, ao receber essa medalha, nos inspira, o nome do Des. José Vidal de Freitas, a perseverar na defesa da legalidade, da transparência e do respeito à vontade soberana do eleitor. Receber a comenda com o nome do Des. Vidal de Freitas me impõe um dever, que é, Sr. Presidente, senhoras e senhores, não permitir que a passagem por esta Corte seja um capítulo encerrado, mas um compromisso que eu carrego comigo para onde eu for.

Com o sentimento que é difícil exprimir em palavras, agradeço ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí por esta elevada distinção. Minha gratidão se estende, de modo especial, aos colegas da Corte aqui presentes. Obrigado pela convivência respeitosa, pelo debate sempre honesto, pelo dissenso respeitoso e civilizado que tivemos e por tudo aquilo que não aparece nas atas dos nossos julgamentos, Doutora Melissa, mas sustenta o Tribunal, que é o cuidado com a palavra, o zelo com a instituição, a disposição de ouvir e de ponderar.

Agradeço também ao Procurador Regional Eleitoral, aos procuradores que aqui passaram. Eu destaco aqui a presença também do Dr. Israel. Tivemos a honra de conviver com ele aqui em períodos antecedentes a esse meu mandato.

Agradeço aos juízes eleitorais e em especial aos servidores, servidoras, da Justiça Eleitoral. E eu quero destacar aqui a presença dos assessores do meu gabinete: a Cristiana, a Monya, a Márlia, também o Dr. Álvaro Jaffé, e a despeito de ter sido convocado pelo seu presidente, do meu gabinete, ter sido escalado para compor a competentíssima equipe da presidência deste Tribunal, mas continuou mantendo um vínculo fortíssimo, uma ligação com nosso gabinete até os dias de hoje.

Eu quero agradecer também à advocacia, às palavras elogiosas do meu presidente Raimundo Júnior, que eu reputo fruto da sua amizade, da sua lhanza e sobretudo da sua elegância. E quero finalizar

dizendo que eu recebo esta homenagem como quem recebe ao mesmo tempo, Des. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que também nos honra aqui, representa também a advocacia naquele Tribunal Regional do Trabalho, ao mesmo tempo um reconhecimento e um compromisso. Um compromisso que renovo diante de todos, que é o meu ideal de seguir contribuindo com o primado de uma Justiça Eleitoral que busca o respeito incondicional ao Estado Democrático de Direito.

Não se trata aqui ainda, Sr. Presidente Sebastião, de uma despedida, porque nós teremos a oportunidade de fazê-la no dia 23, e aí eu vou fazer o discurso de despedida. Mas encerro as minhas palavras consignando que recebo esta medalha como quem recebe um abraço final da instituição, Des. Antônio Soares, uma instituição a que eu aprendi ainda mais a admirar por dentro. Já tinha o prazer de acompanhar de perto a atuação da Justiça Eleitoral e agora eu passei a admirá-la mais ainda por dentro. E deixo aqui finalmente, diante de todos, o compromisso de, onde eu estiver, continuar em defesa da democracia, da legalidade, da dignidade do voto, porque a Justiça Eleitoral não é apenas um lugar em que se trabalha, mas é um ideal que se leva consigo.

Muito obrigado a todos.”

Retomando a palavra, o **PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**, fez o pronunciamento final:

“Bom, o Dr. Gustavo fez um belo pronunciamento e falou em nome da Corte muito bem; destacando, Dr. Gustavo, o papel da Justiça Eleitoral, a importância da Justiça Eleitoral para a nossa democracia. E quero cumprimentar também, esqueci, a Doutora Melissa, juíza auxiliar da presidência, está aqui presente, está representando de fato o Des. Ricardo Gentil, que não pode comparecer; e o Dr. Raimundo Júnior, presidente da OAB, com um belo pronunciamento exaltou o papel tanto da Justiça Eleitoral quanto o papel do advogado na jurisdição eleitoral. De fato, essa dialética processual, Dr. Raimundo Júnior, o juiz relator, o juiz membro, o advogado atuante, o papel do procurador regional eleitoral, essa dialética processual é muito importante, são debates técnicos, acirrados, às vezes, mas todos em prol do aprimoramento da Justiça Eleitoral e, enfim, do processo eleitoral.

Este ano nós teremos eleições gerais, é um ano de bastante trabalho aqui nesta Corte. Nós já instituímos, Des. Têssio, a Comissão de Fiscalização Eleitoral. Foi um dos primeiros pedidos do Procurador Regional Eleitoral, que tem um papel relevante também na fiscalização da propaganda eleitoral, aquela propaganda eleitoral antecipada, as pesquisas irregulares, *fake news*, *deep fake*, enfim. Essa Comissão terá um papel importante durante todo o processo eleitoral. Inclusive o Dr. Auderi faz parte desta comissão que foi designada por mim, os três membros desta comissão.

E hoje tivemos também a felicidade, o prazer, Dr. José Maria, de entregar a Medalha do Mérito Eleitoral ao Dr. José Maria. É uma forma de reconhecimento deste Tribunal ao excelente trabalho do Dr. José Maria durante dois anos. Dr. José Maria é exemplo, não apenas exemplo de humildade, mas exemplo de competência, de retidão de caráter, foi um excelente magistrado aqui na Corte, e foi o nosso secretário de segurança institucional durante as eleições municipais de 2024.

Portanto, é uma tarde prazerosa, que eu declaro oficialmente abertos os trabalhos da Justiça Eleitoral. Esta é a primeira sessão. Logo em seguida teremos a segunda sessão, a Sessão Judiciária Ordinária, com apenas dois processos, mas é o pontapé do processo eleitoral de 2026.

Então, agradecendo a presença de todos, eu declaro encerrada esta solenidade.”

PUBLICAÇÃO EM SESSÃO: Não houve.

Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Senhor Presidente, Desembargador Sebastião

Ribeiro Martins, deu por encerrada a sessão às quinze horas e quarenta e três minutos. E, para constar, eu, Walter Schel Alves da Costa Raposo, Secretário das Sessões, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente. SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, TERESINA(PI), 21 DE JANEIRO DE 2026.

DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Presidente**, em 04/02/2026, às 10:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Walter Schel Alves da Costa Raposo, Secretário das Sessões**, em 04/02/2026, às 21:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002623585** e o código CRC **6E50AE21**.

0001589-68.2026.6.18.8000

0002623585v18



V

--